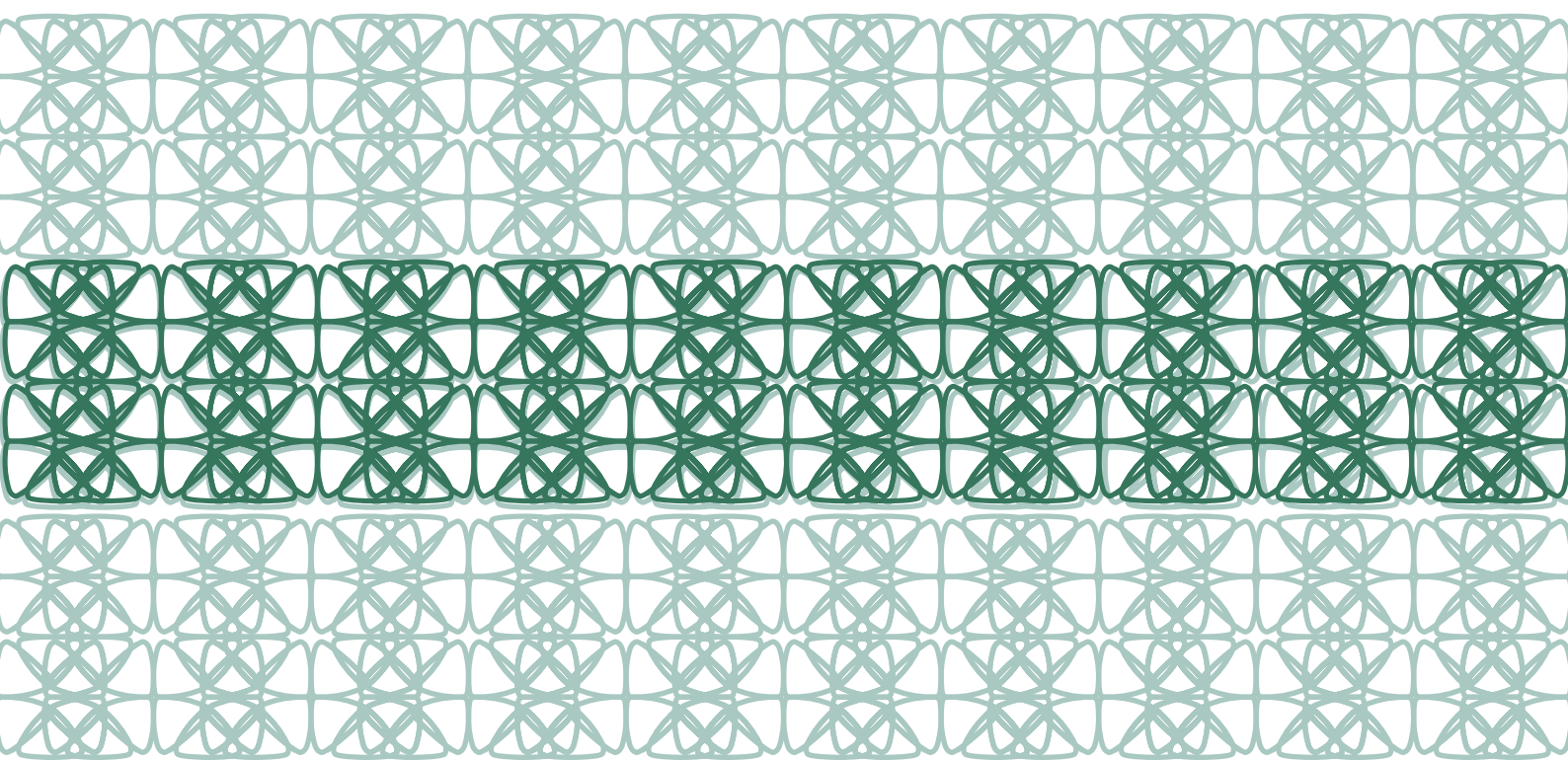




SEÇÃO TEMÁTICA



CONTRIBUIÇÕES DO SISUC EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, CAPELA/SE

Carlos Miranda da Silva¹

Daniela Teodoro Sampaio²

RESUMO

A educação ambiental (EA) é um instrumento de transformação baseado em valores sociais nas atitudes dos indivíduos como cidadãos conscientes do seu papel de preservar /conservar os recursos naturais. Na sua gama de atuação, a EA estende-se do campo formal até o não-formal, sendo que este último inclui as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Neste sentido,

1 Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela Universidade Federal de Sergipe. Email: carlosmiranda.floresta@yahoo.com.br

2 Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal de Sergipe. Affiliate faculty member in the Department of Human Dimensions of Natural Resources, Colorado State University.

as unidades de conservação (UC) configuram-se como espaços propícios à aplicação das ações de educação ambiental em seus processos de gestão em caráter não-formal, cujas ações podem ser praticadas no seu interior e no seu entorno. Sendo assim, ações desta natureza serão aplicadas no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVSMJ), onde será levantada a temática da EA durante a aplicação da metodologia do Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC) para o conselho consultivo desta UC, na qual se gerou entre as demandas a realização de ações de EA na comunidade do seu entorno em decorrência do lixo descartado em seus limites. Para tanto, as metas a serem alcançadas pelo grupo que foi definido durante a oficina consistia em que este deveria realizar apresentações e campanhas sobre o lixo descartado nos limites do RVSMJ na comunidade alvo da problemática. De posse dessas informações pretendeu-se solucionar este problema externo à UC, mas que acarreta prejuízos em seu interior via esta ação, objetivando a sensibilização das comunidades do entorno da unidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Unidade de Conservação. Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco. Conselho Consultivo.

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo se discute a questão ambiental voltada à conservação e preservação dos recursos naturais por conta do avanço da degradação ao meio ambiente. Na maioria das vezes esse problema é derivado das ações humanas, e que consequentemente acarreta-se na perda da biodiversidade. Nas últimas décadas, intensificaram-se as preocupações inerentes à temática ambiental com iniciativas dos variados setores da sociedade para o desenvolvimento de atividades e de projetos no intuito de educar as comunidades, sensibilizá-las para as questões ambientais e mobilizá-las para a adoção de posturas benéficas ao equilíbrio ambiental (SANTOS, SCETTINO e BASTOS, 2013).

A atuação de indivíduos comprometidos com as causas ambientais busca alertar as comunidades no sentido de proteger os bens naturais remanescentes, e essa atuação se dá por meio de ações de

educação ambiental. Dentre esses bens naturais que necessitam serem protegidos, muitos deles encontram-se em espaços naturais remanescentes reconhecidos pelo poder público, tais como Unidades de Conservação (UCs), as quais têm um papel importante no auxílio das atividades de cunho educativo. E nesse ponto a educação ambiental configura-se como a chave para o diálogo da problemática ambiental em que se apresentam as UCs.

Esse exercício de sensibilização deve ser realizado a partir das comunidades do entorno da UC, a fim de que pessoas que estão mais próximas às unidades possam ser aliadas à proteção ambiental, e que não venham a ser tornar os próprios agentes degradadores do meio ambiente, uma vez que sem esse apoio, e mais ainda sem essa sensibilização, comunidades correm o risco de ficarem alheias à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Sob esta ótica, Muhler (2012) considera que as áreas protegidas devem integrar as comunidades envolvidas para o sucesso das suas ações, e que a educação ambiental vem a ser uma ferramenta importante para isso. Gomes et al.(2010) reforçam a ideia da supracitada autora defendendo que a educação ambiental possui um importante papel no esforço de envolver a comunidade, buscando ampliar a percepção e a participação, além de internalizar a mudança de comportamentos e de atitudes.

Nesse sentido a educação ambiental se traduz em uma ferramenta fundamental que procura questionar a postura das pessoas diante da questão ambiental, das relações humanas, de novos comportamentos e valores. Então, a educação ambiental seria importante para a transformação das sociedades, uma vez que esta mudança de valores traria uma nova ética, voltada à relação homem e natureza, ao invés do consumismo (FREITAS, 2008).

Porém, a educação ambiental não é uma tarefa fácil de se aplicar, e por seu turno requer uma mudança nas atitudes e no comportamento que estão arraigados nos indivíduos, os quais muitas vezes não acreditam nesse processo, ou por não conhecer a essência da temática, ou por não despertarem para perceber os danos aos quais eles próprios podem estar causando ao meio ambiente.

Em se tratando da educação ambiental no âmbito das unidades

de conservação, a Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), determina entre os seus objetivos expressos no seu artigo 4º, o de favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental (BRASIL, 2011), isto é, nestes espaços naturais devem ser acrescentadas ações educativas com foco no meio ambiente, utilizando-se dos atrativos naturais existentes na UC para a realização de atividades deste gênero. Por seu turno, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), determina, quando da educação ambiental não-formal, que o poder público estadual deve incentivar a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação (BRASIL, 1999).

No estado de Sergipe, região nordeste do Brasil, uma das UCs estaduais, o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVSMJ) é uma unidade de conservação de uso restrito e desenvolve atividades de educação ambiental no intuito de sensibilizar as comunidades, além de realizar outras ações dessa temática no sentido de despertar nos seus visitantes o sentimento de proteger a natureza, as quais, inclusive encontram-se determinadas no planejamento da UC e no seu plano de manejo, que representa o documento criado para orientar as atividades de uma unidade de conservação.

Ocorre que, mesmo com essas ações educativas que em sua maior parte são realizadas no interior da unidade, as comunidades inseridas em seu entorno, compostas por povoados e assentamentos de reforma agrária, ainda se verificam condutas humanas inadequadas à conservação ambiental as quais acarretam problemas à UC. Um dos problemas decorrentes destas condutas foi constatado em uma oficina aplicada em julho de 2015, pelos autores deste estudo, junto ao conselho consultivo do RVSMJ, onde foi utilizada a metodologia denominada Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC), uma ferramenta que identifica as questões mais críticas de uma UC, na qual os próprios participantes desta oficina (no caso os conselheiros do RVSMJ) delineiam as ações e metas que precisam ser tomadas diante dos indicadores apontados durante a oficina para melhorar a gestão da UC.

No caso do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, uma das

questões mais críticas suscitadas pelos conselheiros foi o lixo encontrado no seu entorno. Esse lixo é proveniente das comunidades que se encontram ao redor da UC (os povoados e os assentamentos), as quais o descartam em seus limites (Figura 1). Por conta disso foi planejada uma ação de educação ambiental oriunda da oficina do SISUC, e, por conseguinte foi-se determinado a partir da formação do grupo responsável por esta ação e liderados por um gestor do grupo, que os mesmos irão realizar as ações de educação ambiental nas comunidades do entorno do RVSMJ, a fim de sanar o problema.



Figura 1. Lixo descartado no entorno do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco pela comunidade do Povoado Boa Vista, Capela/SE. Fonte: Lizaldo Vieira dos Santos, Capela/SE.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo descrever as ações de educação ambiental promovidas por membros do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco que vinham sendo desenvolvidas na UC e aquelas definidas após a primeira oficina do Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC), objetivando a sensibilização das comunidades do entorno da unidade.

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (GUERRA, 2007). Para Loureiro (2010), é na gestão pública que o conhecimento, os valores sociais, as habilidades e as atitudes são construídos pela educação com a intenção clara de intervir na realidade para transformá-la em favor dos interesses coletivos e comuns a todo cidadão.

Loureiro e Cunha (2008) consideram que a educação ambiental possui um papel fundamental, numa perspectiva prática de formação de espaço/processo educativo participativo e emancipatório, sendo que esta não tem a finalidade de reproduzir e dar sentido universal a valores de grupos dominantes, impondo condutas, mas sim de estabelecer processos práticos e reflexivos que levem à consolidação de valores que possam ser entendidos e aceitos como favoráveis à sustentabilidade global, à justiça social e à preservação da vida.

Coerentemente com a perspectiva teórica adotada, envolve a compreensão de que o processo educativo é composto por atividades integradas formais, informais e não-formais (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2013), e, no âmbito da educação ambiental não-formal, como a sua ideia é proporcionar a tomada de consciência dos indivíduos nas práticas e atitudes do seu dia-a-dia, a fim de ajudar na construção de uma sociedade preocupada com a degradação ambiental, Loureiro (2010) assevera que:

A inserção da educação ambiental no cotidiano, qualificando o aprendizado para um posicionamento crítico e ético, face à crise socioambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que mobilize para a questão da sustentabilidade no seu significado mais abrangente, ajuda a formar cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade local e global (LOUREIRO, 2010, pag. 5).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A educação ambiental é imprescindível para os processos de sensibilização da sociedade como um todo e é muito oportuna quando aplicada às Unidades de Conservação, pois o propósito inicial na criação de UCs é a proteção da biodiversidade. É fundamental que os usuários das UCs entendam as inter-relações entre homem-natureza e que comportamentos inadequados em relação ao uso dos recursos naturais só resultarão em malefícios próprios, sendo necessária uma mudança nas suas atitudes e nos valores para a conservação destas áreas (SANTOS, 2014). Mas o que se vê é que a maioria das UCs do Brasil tem sofrido pressão dos seus recursos naturais pela presença de comunidades tradicionais, visitação da população para recreação e pelas comunidades que residem no entorno dessas unidades (SANTOS, SCHETTINO e BASTOS, 2013).

Com isso, a atuação dos gestores das UCs (incluindo o seu conselho gestor) utilizando-se de ações educativas voltadas à preservação/conservação nestas áreas se faz necessária, pois nem sempre a comunidade do seu entorno compreende a importância de sua proteção, o que acarreta em problemas de descaso ou até ao nível de degradação ambiental.

Loureiro, Azaziel e Franca (2003) recomendam que para o conhecimento do contexto em que se insere a gestão participativa e os processos educativos, é fundamental entendermos a problemática do desenvolvimento social, em termos da controvérsia sobre o que é sustentável ou não, já que as unidades de conservação, definidas pelo SNUC, passaram a se dividir entre áreas de uso sustentável e de proteção integral, por exemplo, sendo que este último grupo, como visa apenas o uso indireto das UCs, faz restrição às comunidades locais que utilizavam estas áreas, anterior à criação e definição das categorias do SNUC, para diversos fins.

Nesse ponto, Muhle (2012) complementa que as ações de educação ambiental dentro das UCs e no seu entorno podem aumentar a eficácia de programas de conservação e o conhecimento

da importância das áreas protegidas, além de agregar aliados na sociedade para as questões ambientais. Essa afirmativa pode ser aplicada às comunidades que estão inseridas no entorno do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, uma vez que estas comunidades carecem de ações dessa natureza, onde pôde ser constatado que a própria comunidade do entorno descarta o lixo nos limites do RVS Mata do Junco de maneira negligente.

Dessa forma, a educação ambiental é importante, no sentido de que é capaz de reduzir os conflitos sociais, especialmente quando planejada a partir de metodologias participativas, onde se respeita o conhecimento empírico das comunidades, resultando assim em planos de manejo eficientes, condizentes com a realidade e capazes de se adequar às necessidades da comunidade, tornando, portanto, o estudo mais ético e favorecendo a preservação dos recursos naturais (FREITAS, 2008).

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, CAPELA-SE

A Unidade de Conservação Estadual Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVSMJ), situada no povoado Lagoa Seca, município de Capela/SE é administrada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH) e possui uma área de 894,76 hectares. Esta UC foi criada pelo Decreto Estadual nº 24.944 de 26 de dezembro de 2007, através da cessão das áreas de Reserva Legal do Assentamento José Emídio dos Santos, o qual é dividido em Agrovilas, as quais são: Analiço Barros, Chapada do Aparecido, Campinhos, Santo Antonio, Canta Galo, Chapada do Eucalipto, Estreito e a Agrovila Boa Vista; e pelos povoados: Boa Vista, Lagoa Seca, Terra Dura, Miranda, Estreito, Canta Galo, Saco Leitão (SEMARH, 2010).

O RVSMJ é dotado de plano de manejo, que é o documento técnico mediante o qual estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais (BRASIL, 2011). Além disso, a UC possui um conselho consultivo, instituído pela SEMARH através da Portaria nº 16/2013 (SEMARH, 2013), o qual funciona como instância consultiva para o planejamento e

gestão desta unidade, com a finalidade de contribuir para efetiva implantação e cumprimento dos objetivos na gestão democrática, com as atribuições determinadas pelo seu Regimento Interno.

O objetivo do RVSMJ é o de proteger a Mata Atlântica e seus recursos naturais, em especial as nascentes do riacho Lagartixo, assegurando condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, e garantindo condições para a existência do macaco-guigó (*Callicebus coimbrai*), espécie considerada símbolo da UC. Além disso, os outros objetivos do RVSMJ consistem na realização de pesquisas científicas, de ecoturismo e de educação ambiental, inclusive neste último, os gestores realizam ações nas escolas e nas ruas, promovendo campanhas de educativas, enfatizando a proteção do macaco-guigó (SEMARH, 2010).

Sobre a importância do RVSMJ no contexto de diversidade biológica, levando em consideração o seu patrimônio natural, Santos (2014) ressaltou que a presença do macaco-guigó nesta UC fortalece a conservação dos fragmentos de mata atlântica do território sergipano, criando um ambiente de pertencimento e de valorização das áreas protegidas, especialmente nas UCs.

Desta forma a comunidade passou a valorizar o RVSMJ à medida que passou a conhecer a sua importância de conservação e manutenção, pois os que degradavam a UC com suas práticas cotidianas passaram a conservá-la. Portanto é indispensável levar o conhecimento sobre o RVSMJ a visitantes, escolas e comunidades locais, como um instrumento de aproximar as pessoas e dessa forma, adquirir novos hábitos que favoreçam o meio ambiente, pois não se pode cuidar e amar o que não se conhece (SANTOS, 2014).

Apesar da existência desse rico patrimônio natural, dados levantados pela Sociedade Semear em 2006 para a elaboração do Plano Diretor do município de Capela, demonstrou que a população local age com descaso para com o RVSMJ, depredando e poluindo um dos lugares exóticos e de importante beleza cênica do estado de Sergipe. Na visão desta instituição, o RVSMJ pode ser considerado como um imenso laboratório natural, pois nela

encontram-se diversas espécies que se interagem harmonicamente propiciando um equilíbrio em todo sistema natural, através das relações ecológicas em termos do controle populacional, da dispersão de sementes, da definição de território, da sua simbiose, do epifitismo, mutualismo, da proteção de mananciais, da estabilização da temperatura e umidade, e da disponibilidade de alimento (SOCIEDADE SEMEAR, 2006).

Corroborando com a informação apontada pela Sociedade Semear sobre o descaso da população para com o RVSMJ, o plano de manejo desta UC destacou, dentre as atividades ou usos conflitantes da referida unidade, o lixo como um dos principais problemas municipais que se reflete nos povoados e, por conseguinte afeta o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco de forma significativa (SEMARH, 2010).

Ainda segundo o plano de manejo (SEMARH, 2010) do RVSMJ, como o município não possui coleta de lixo regular, o mesmo acaba sendo jogado em qualquer lugar, inclusive na área da Mata do Junco, e apesar deste lixo doméstico estar sendo depositado nas bordas do RVSMJ, sabe-se que o lixo atrai vetores que podem causar doenças, e essas doenças podem afetar tanto os próprios moradores como os animais que se utilizam da UC como seu habitat, além de causar outros problemas que podem acarretar prejuízos ao meio ambiente.

Com o intuito de minimizar este problema recorrente, nas escolas do povoado Boa Vista (o local determinado para o início das ações de educação ambiental) vem se trabalhando a sensibilização das crianças que nela estudam.

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO

A criação e posterior implantação do RVSMJ trouxeram problemas no quesito ambiental para esta unidade, no sentido de que os recursos naturais que antes eram explorados sem nenhum controle ou restrição, assim que a UC foi criada houve

restrição quanto ao uso desses recursos. No final de 2007, com a implantação desta UC, a degradação e os impactos ambientais foram amenizados em virtude do aumento da fiscalização e dos programas de educação ambiental, que promovem uma maior sensibilização das comunidades do entorno em relação à importância na sua conservação (MALTA, 2011).

Segundo o que consta no Plano de Manejo do RVSMJ, até 2010 não havia atividades específicas oriundas da UC para promover a conscientização ambiental dos visitantes, isso se justificou pela criação recente da unidade, onde atividades voltadas para a conscientização ainda não tinham sido implantadas, visto que necessitava da estrutura e planejamento fornecidos pelo plano de manejo da área (SEMARH, 2010).

Segundo informações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), na UC, já se desenvolviam atividades focadas na educação ambiental no interior do RVS Mata do Junco em trilhas realizadas pelos funcionários que prestam serviço diretamente à unidade, mas até então, tais atividades não tinham sido incorporadas ao planejamento da gestão da UC em caráter oficial. As atividades de cunho educativo ocorriam da seguinte forma: conforme demanda da comunidade escolar do município de Capela que solicitavam visitas à unidade, funcionários da UC levavam alunos e professores por trilhas na Mata do Junco (Figura 2), onde eram repassadas informações educativas e sobre o meio ambiente (SEMARH, 2010).



Figura 2. Atividades de educação ambiental desenvolvidas no interior da RVS Mata do Junco. Fonte: SEMARH.

Outras atividades de educação ambiental promovidas pela gestão do RVSMJ ocorrem nas escolas da cidade de Capela e em seus povoados e assentamentos, assim como em campanhas nas ruas da cidade divulgando a importância tanto do macaco-guigó, quanto de se preservar a mata atlântica existente e remanescente, de acordo com informações da Coordenadora Técnica da UC. Estas campanhas são realizadas principalmente em datas comemorativas do município, como por exemplo, no mês de junho durante as festividades que antecedem a Festa do Mastro, onde são feitas passeatas com grupos escolares percorrendo as ruas da cidade e transmitindo essa mensagem de proteger o nosso patrimônio natural que é o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

Nessas circunstâncias, o conselho gestor da UC tem um papel importante na realização de ações educativas visando coibir práticas que venham acarretar danos ao meio ambiente, e a metodologia do SISUC, que será detalhada na sessão item posterior, pode contribuir para isso, pois atua em questões diretas apontadas pelos conselheiros da unidade de conservação nas quais podem surgir demandas voltadas a ações de educação ambiental, com metas a serem alcançadas.

SISTEMA DE INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SISUC) COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

“A educação ambiental precisa adequar discurso e prática, teoria e metodologia, para que as ‘sementes’ lançadas encontrem solo fértil e possam não só gerar frutos imediatos, mas também se reproduzir ao longo do tempo (LOUREIRO, 2010, p. 11)”.

Com o intuito de promover o convívio das pessoas com o ambiente de forma harmoniosa e que contribuam na conservação, algumas ações de cunho educativo foram realizadas no RVS Mata do Junco, a fim de se alcançar e sensibilizar os moradores do entorno. Assim nos dias 02 e 03 de julho de 2015 foi realizada uma oficina na sede do RVS Mata do Junco, aplicada pelos autores deste artigo, contando com a participação dos membros do conselho consultivo desta UC (representantes de instituições públicas, privadas, acadêmica, ONGs e associações), com a finalidade de propor um plano de gestão adaptativa para a unidade, por meio de uma metodologia participativa, elaborada por Marinelli (2011) denominada Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC).

O SISUC é uma metodologia de avaliação e monitoramento estratégico, destinada a apoiar o trabalho do conselho gestor de UC, ampliar o controle social e fortalecer a gestão participativa das áreas protegidas, constituída por oito etapas ou passos (MARINELLI, 2011). A metodologia do SISUC foi aplicada no RVSMJ da seguinte forma: com a oficina acima citada que durou dois dias, foram executadas sete etapas participativas, nas quais os conselheiros da referida UC foram os aplicadores do sistema, orientados por facilitadores (os autores do presente artigo). Foram gerados na ocasião, dados, os quais foram analisados e, posteriormente foram definidas as ações e metas para melhorar as questões mais críticas identificadas na UC, assim como foram tomados os encaminhamentos propostos pela metodologia para os resultados obtidos (MARINELLI, 2011). A etapa oito não foi in-

cluída neste momento, porque consiste numa atividade pós-oficina em que é feito o Realinhamento de Ações e Atividades, ou seja, é uma ação constante da gestão adaptativa da UC que deve ser avaliada e monitorada pelos seus gestores continuamente.

Em seguida foi feita a organização de grupos de monitoramento e estabelecimento de metas para melhorar os indicadores prioritizados, entre os quais o grupo composto por oito conselheiros, representados instituições públicas, ONGs e as associações do conselho do RVSMJ, sendo que estes grupos são liderados por um gestor do grupo, o qual foi nomeado durante esta etapa, e este ficará responsável pela mobilização do grupo. Ficou determinado que o então grupo se encarregue de realizar ações de educação ambiental nas comunidades do entorno da UC com foco no lixo (Figura 3), com apresentações nas comunidades relacionadas à temática do lixo, com foco no social, cultural, econômico e na saúde.



Figura 3. Oficina do SISUC destacando a etapa da organização dos grupos de monitoramento e o estabelecimento de metas. Fonte: Daniela Teodoro Sampaio, Capela/SE.

Deste modo, a equipe responsável pelas ações acima citadas chegou a um consenso de iniciar as atividades a partir do Povoado Boa Vista

(com a justificativa deste povoado ser mais próximo à UC) num prazo de realização e posterior apresentação dos resultados desta ação na próxima reunião do conselho consultivo do RVSMJ, a ser realizada dentre dois meses após a oficina; e, por conseguinte darem continuidade as estas atividades nos outros povoados e agrovilas.

Sendo assim, ficou determinada em reunião posterior a oficina do SISUC, que as atividades consistirão em: visitar os atores da comunidade; realizar uma campanha de "porta em porta" com ações de sensibilização, inclusive no tocante aos resíduos sólidos; promover um dia "C", em alusão ao dia de coleta de lixo; e realizar palestras com esta temática. Contudo, a ação será executada e avaliada dentro do escopo do SISUC, o qual visa acompanhar se as ações surtiram efeito positivo ou não, ou se precisam ser adaptadas e se a meta de um mês para execução foi suficiente.

Vale lembrar que até o momento os resultados que se tem são os acordos de tal reunião, ou seja, o planejamento destas ações. No entanto, o trabalho está em andamento e os resultados ainda serão conhecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De posse dessas informações é possível concluir que essa ação de educação ambiental a ser promovida pela equipe do conselho consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco poderá vir a ser uma prática educativa. Neste sentido, as ações de educação ambiental a serem realizadas pela equipe do conselho consultivo do RVSMJ são de suma importância para estimular os moradores do seu entorno no sentido de sensibilizá-los a perceberem o patrimônio natural ao qual está diante deles, mas que não estão dando conta de que suas atitudes podem trazer danos a essa riqueza natural.

No tocante ao Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC), este apresenta a relevante vantagem de proporcionar a participação direta do conselho nas ações que permeiam a UC, e essa participação se dá de forma contínua. Em outras palavras, o SISUC se torna um identificador dos problemas, que planeja as ações e as executa ou orienta nas execuções, e ainda monitora suas próprias ações para avaliar se

estão funcionando ou se precisam ser adaptadas.

Desta forma, pelo desdobramento das ações acima citada, e de modo específico esta ação de educação ambiental, o mais importante nesta pesquisa é saber se uma ação de educação ambiental planejada pelos próprios executores da ação, e que por sua vez são responsáveis pelas decisões da UC, poderá ser adotada como prática corrente nas atividades do conselho. Esse contato dos conselheiros com os moradores do entorno do RVSMJ pode ser útil na promoção de novos agentes multiplicadores da proteção da área em questão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, Edital PPDOC CAPES/FAPITEC/SE Nº 11/2012), ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA/UFS), à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH/SE), e ao Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco pela disponibilidade em contribuir com o projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio ambiente. SNUC – Sistema nacional de unidades de conservação da natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p.

FREITAS, C. D. de. A educação ambiental nas unidades de conservação. Sinapse Ambiental edição especial, abril, 2008. p. 67-85.

GOMES, L. J.; OLIVEIRA, I. S. S.; COSTA, C. C.; MAROTI, P. S. Percepção ambiental como estratégia de planejamento e gestão ambiental em unidades de conservação. In: GOMES, Laura Jane; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira (Orgs.). Meio ambiente: distintos olhares. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p. 129-159.

GUERRA, S. Direito ambiental: legislação. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 3ª edição, 2007. 640 p.

LOUREIRO, C. F. B. Caderno de educação ambiental. Secretaria do Meio Ambiente: Instituto do Meio Ambiente. Salvador: IMA, 2010. 57 p.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. Rio de Janeiro : Ibase : Ibama, 2003. 44 p.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. Ambiente e Sociedade. Campinas, v. XI, n. 2, p. 237-253, jul.-dez. 2008.

MALTA, J. A. O. Dinâmica fitogeográfica do refúgio de vida silvestre mata do junco, capela, Sergipe. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2011. 132p.

MARINELLI, C. E. De olho nas unidades de conservação: sistema de indicadores socioambientais para unidades de conservação da Amazônia brasileira (fique por dentro). São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA). 2011. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/SISUC>. Acesso em: 15 ago. 2015.

MUHLE, R. P. Ações de educação ambiental em unidades de conservação estaduais do rio grande do sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu na área de Especialização em Diversidade e Conservação da Fauna) – Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Biociências. Porto Alegre, 2012. 46 p.

SANTOS, Lizaldo Vieira dos. Foto do arquivo pessoal. 2015.

SANTOS, M. A. Ações de educação ambiental no refúgio de vida silvestre mata do junco, Capela/SE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014. 98 p.

SANTOS, M. A.; SCHETTINO, S. C.; BASTOS, I. A. da H. Educação ambiental em unidades de conservação: o caso da área de proteção morro do urubu. *Ambivalências – Revista do Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder* – GEPIIP, v. 01, n. 1, jan-jun/2013.

SAMPAIO, Daniela Teodoro. Foto do arquivo pessoal. 2015.

SEMARH (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe). Plano de manejo do refúgio de vida silvestre mata do junco. 2010. Disponível em: < <http://www.semarh.se.gov.br/uploads/planos/PlanodeManejoRVS.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2013, 21:18:34.

_____. (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe). Portaria nº 16/2013, de 16 de abril de 2013. Designa os membros do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida silvestre Mata do junco. 2013.

SOCIEDADE SEMEAR. Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental do município de capela. Diagnóstico do primeiro relatório. Aracaju, SE. 2006. 194 p.